

O nosso futuro é público

Democracia Energética

Declaração dos movimentos



O objetivo desta declaração é fortalecer, ampliar e unificar os muitos movimentos sociais comprometidos com a energia e justiça ambiental. Faz parte de um processo político aberto e contínuo para desenvolver uma narrativa partilhada, e estratégias e ações comuns.

É o resultado de um encontro de 2 dias do setor energético no âmbito da conferência internacional “O Nosso Futuro é Público” que teve lugar em Santiago do Chile, de 29 de novembro a 2 de dezembro de 2022. A declaração foi elaborada por um grupo diverso de participantes, desde representantes indígenas, sindicatos, ecofeministas, organizações pela justiça climática, coletivos de solidariedade e ONGs.

Convidamos calorosamente quem queira aliar-se a juntar-se a esta iniciativa.

Mais informações podem ser encontradas [em língua inglesa e castelhana] em:

<https://peopleoverprof.it/resources/news/our-future-is-public-santiago-declaration-on-public-services?id=13578&lang=en>

Nunca foi tão claro: as empresas de energia, que buscam apenas o lucro, exercem influência sobre governos, instituições internacionais e convenções ambientais da ONU, apoiando políticas que favorecem a ganância e a acumulação de capital. Como tal, estas políticas não estão a dar prioridade às necessidades humanas e ecológicas. Existem fissuras graves e profundas na fé cega na economia de mercado neoliberal, fundada em décadas de privatizações, extração e exploração.

Quando milhares de milhões de pessoas em todo o mundo enfrentam pobreza energética e as contas da eletricidade ultrapassam recordes, este é um momento crucial para a transição para um sistema de energia pública enraizado na justiça, na solidariedade e na democracia.

É hora de nos unirmos globalmente para colocar o cuidado das pessoas e do nosso planeta antes do lucro. Ao levantarmo-nos contra a injustiça, trabalhamos juntos/as pela democracia energética. Vemos a luta pela democracia energética como parte de um processo mais amplo de luta pela justiça climática, que reconheça a interseção entre racismo, classismo, capitalismo, injustiça económica, exploração de género e danos ambientais. Precisamos fazer as mudanças sistémicas necessárias para realinhar as nossas economias com os nossos sistemas naturais. Coletivos, a nível local, regional, nacional e internacional têm soluções!

Existem desafios sociais e tecnológicos à nossa frente. Existem também falsas soluções para a crise climática que reproduzem os modelos capitalistas coloniais.

No entanto, os grupos que lutam, em todos os níveis da sociedade, pela democracia energética estão a liderar a resistência e o desenvolvimento de soluções para um futuro melhor.

INTRODUÇÃO

NO CENTRO DESTAS LUTAS LEVANTAM-SE PERGUNTAS-CHAVE:

ENERGIA PARA QUÊ?

PARA QUEM?

POR QUEM?

E COMO?

Encontramo-nos num ponto de viragem na interseção de múltiplas crises. Como acabaremos com a pobreza energética sem aumentar a extração de combustíveis fósseis? Como se fará a descolonização e o desmantelamento das políticas de exploração energética, a nível local e internacional? Como pôr em prática as reparações com e para os países do Sul global, que estão na linha da frente da crise climática, para que se possam descarbonizar? Como desenvolvemos um planeamento participativo e garantimos a equidade nos novos modelos energéticos?

Em última análise, enfrentamos a escolha entre duas transições energéticas: o imperialismo colonial verde ou a democracia energética sustentada na propriedade pública equitativa. Esta última opção desencadeia uma mudança fundamental na forma como entendemos, valorizamos, consumimos e gerimos a energia, além do custo económico.

É HORA DE:

Descarbonizar

Democratizar

Desprivatizar

Descolonizar

Despatriarcalizar

Descomercializar

Desmercantilizar

Decrescer

**os nossos sistemas de energia a nível
global, regional, nacional e local!**

JUNTOS E JUNTAS DEFENDEMOS:

I - O acesso à energia como um direito humano.

II - A propriedade pública da energia.

III - O fim do colonialismo verde.

IV - Os valores do Buen Vivir: da exploração pelo lucro ao bem viver.

V - A suficiência energética para todas as pessoas e a redução do consumo de energia.

VI - O financiamento de transições energéticas justas a nível global.

REFLEXÃO I

O devido respeito às aliadas e aos aliados indígenas chilenas e chilenos e de toda a região: unirmo-nos em Santiago, em dezembro de 2022, sublinhou a importância de colocar as vozes e experiências das comunidades da linha da frente no Sul global em primeiro plano no movimento pela democracia energética. Reconhecemos que a terra Wallmapu, sobre a qual nos encontramos para esta conferência, foi retirada ao povo Mapuche, e continua a ser controlada pelas potências coloniais. Gostaríamos de homenagear o trabalho incansável dos e das defensoras do ambiente que resistem em todo o mundo, para proteger os ecossistemas, e o trabalho que estas comunidades fazem para nos educar neste e em futuros contextos. No Chile, a intervenção estatal nos serviços públicos tem sido limitada pela Constituição enraizada no neoliberalismo violento de Pinochet. Paralelamente, o Estado tem um legado contínuo de repressão das nações indígenas. No entanto, com base na sua história de revoltas sociais, o Chile e o território Wallmapu, que é ainda mais extenso, têm um grande potencial para serem pioneiros numa revolução energética social e ambientalmente justa, alimentada por energias renováveis e por soluções inovadoras e democráticas.

I. O ACESSO À ENERGIA COMO UM DIREITO HUMANO

O acesso universal a energia limpa, acessível e fiável deve ser reconhecido como um direito humano.

A energia é um bem público, um serviço básico e uma necessidade comum.

A energia é crucial para a vida de todos os seres. Permite-nos defender outros direitos humanos, como o acesso à água, alimentação, saúde, educação, mobilidade e conectividade. Não pode estar sujeita às leis do mercado.

A luta contra a pobreza energética é uma luta global. Apoiamos a proibição de cortes de luz, para garantir que ninguém fique no escuro ou sem energia para cozinhar alimentos.

TESTEMUNHO DA CATALUNHA, ESPANHA

Na Catalunha, enquanto as multinacionais energéticas como a Endesa, Iberdrola e a Naturgy obtêm lucros altíssimos, cada vez mais pessoas vivem em situação de pobreza energética. A *Enginyeria Sense Fronteres* (Engenheiros Sem Fronteiras, ESF) é uma organização catalã comprometida com a defesa do direito humano à energia através do fortalecimento da ação coletiva. A luta da ESF por um sistema energético democrático e ecofeminista, que prioriza a justiça social e ambiental à escala global, está estruturada em duas plataformas principais: a Rede de Soberania Energética (ou Xse, as iniciais em catalão) e a Aliança contra a Pobreza Energética (APE). Xse reúne pessoas e organizações que querem desafiar um sistema energético baseado na privatização e no lucro, e trabalha com municípios e cooperativas para promover a transição para um modelo energético de propriedade municipal. A APE é uma rede de apoio mútuo e de capacitação, formada por pessoas afetadas pela pobreza energética, que desenvolveu legislação pioneira para proteger comunidades vulneráveis às ações de empresas privadas de energia, na Europa.

II. A PROPRIEDADE PÚBLICA DA ENERGIA

Todas as fontes e tipos de energia devem ser propriedade pública. É necessária uma missão e um mandato público para enfrentarmos os obstáculos sociais, políticos e tecnológicos que nos esperam.

Não podemos descarbonizar dentro de um modelo energético neoliberal orientado para o lucro. Para reparar o mal que os sistemas de energia industriais causaram à Mãe Terra, a energia deve estar em mãos coletivas.

A propriedade pública não deve ter fins lucrativos. Todos os investimentos devem ser direcionados para a existência e manutenção de um sistema energético justo para as pessoas e para o planeta. Este processo deve ser organizado, gerido e executado em consonância com os direitos humanos e princípios da igualdade de género.

O papel do Estado é proporcionar o acesso equitativo a energia limpa, acessível e fiável e proporcionar empregos dignos e seguros para os e as trabalhadoras. Os Estados estão bem posicionados para coordenar a recuperação da infraestrutura de produção, transmissão e distribuição de energia para propriedade pública democrática. Porém, a propriedade pública vai além do Estado.

Não há uma solução única: a democracia energética é contextual. O planejamento energético deve ser feito a nível local, nacional e regional. Isto deve ter em conta as necessidades culturais, sociais e políticas e reconhecer todas as formas de discriminação.

Um sistema energético público requer um sistema de planejamento e de governação energética democrático e participativo. As entidades públicas devem colaborar com as comunidades que estão na linha de frente, com ativistas, trabalhadores/as e comunidades. Sindicatos, grupos comunitários e organizações de base estão bem posicionados para apoiar este processo e devem contar com recursos suficientes para o fazer.

Os grupos oprimidos e afetados devem participar na política energética e devem ser compensados pelos seus conhecimentos no processo de transição energética. Estas experiências devem ser ouvidas e priorizadas. Não podem ser um complemento acrescentado à última hora e essas vozes devem influenciar o processo de tomada de decisões.

Apelamos a espaços públicos acessíveis e democráticos para discutir como, porquê e onde a energia é usada e produzida. É hora de acabar com decisões tecnocráticas, elitistas e opacas.

São necessárias diferentes escalas e formas de propriedade pública em função do contexto. Isto requer processos de tomada de decisão profundamente democráticos, que podem combinar

parcerias público-públicas com colaborações das comunidades, e que podem passar por práticas cooperativas e mais autónomas.

Os sistemas energéticos públicos nacionais, regionais e internacionais devem ser sustentados por parcerias público-públicas nos países e entre países, e desenvolvidos em colaboração com os sindicatos. Isto inclui acabar com o trabalho precário.

As soluções comunitárias, como as cooperativas de energia, só poderão alcançar o seu potencial no quadro de um modelo democrático integral de propriedade pública. Sem ele, as iniciativas locais serão muito provavelmente limitadas pelo quadro neoliberal mais amplo.

Apoiamos o pluralismo tecnológico. A propriedade pública proporciona os fundamentos para se decidir coletivamente as formas e os tipos de energia adequados a cada contexto.

TESTEMUNHO DA COSTA RICA

O serviço energético eficiente e igualitário da Costa Rica baseia-se na propriedade pública, cobrindo mais de 99% do país. Fundado em 1949, o Instituto Costa-riquenho de Eletricidade (ICE) está entre os mais avançados do mundo em termos de desenvolvimento social. Já em 2017, a energia hidroelétrica, geotérmica, eólica, solar e de biomassa constituíam 99,7% do mix energético nacional. A ICE produz 66% dessa energia, trabalhando em conjunto com empresas municipais e cooperativas rurais de energia que geram outros 7%. A energia restante é produzida através de contratos de aquisição de energia (PPAs) entre o Estado e produtores de energia e privados. O modelo de solidariedade pública do ICE está, porém, a ser posto em causa pela orientação para o mercado da sua gestão. No entanto, nas palavras do engenheiro-chefe do ICE: [A] a população costa-riquenha habituou-se a eletricidade de boa qualidade [...] os nossos serviços são percebidos como um direito fundamental ao qual todas as pessoas devem ter acesso, independentemente da localização, condição social ou capacidade económica de quem utiliza.

REFLEXÃO II

A tomada de decisões sobre clima e energia é atualmente dominada por perspectivas capitalistas do Norte global que reproduzem a opressão e a dominação coloniais. Os conhecimentos das nações indígenas e dos coletivos ecofeministas têm sido, historicamente, excluídos do discurso energético dominante. As tradições e práticas comunitárias foram exploradas e discriminadas. As suas terras natais e valores foram prejudicados. A democracia energética exige a libertação coletiva das forças opressoras e dominantes do Norte global.

III - O fim do colonialismo verde.

A descolonização deve estar no centro da democracia energética. Não podemos aceitar, e não aceitaremos, padrões de exploração de pessoas, de trabalho e exploração e extração de bens coletivos naturais.

Opomo-nos ao extrativismo colonialista verde que desapropria comunidades das suas terras. Não se podem apoiar projetos públicos nem privados que sacrifiquem povos e nações. Se uma comunidade for maltratada ou despojada, não é uma transição energética justa.

Se os projetos descartam e enfraquecem as comunidades por eles afetadas, afirmamos a nossa solidariedade, juntando-nos à sua resistência. Os projetos devem prever processos inclusivos e democráticos para lidar com os custos ambientais, sociais, culturais e económicos e mitigar os impactos. Isto irá garantir o sucesso e a velocidade da transição energética a longo prazo.

Exigimos o desmantelamento ativo da arquitetura financeira internacional do colonialismo verde. As instituições financeiras internacionais (como o Banco Central Europeu, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial) devem parar de financiar soluções falsas e projetos extrativistas coloniais.

Opomo-nos aos tratados comerciais internacionais que facilitam a extração a nível global, como por exemplo, o Tratado da Carta da Energia, porque sustentam um sistema corporativo de impunidade.

Cada nova produção de energia verde deve ter em conta toda a cadeia de valor e de abastecimento, a nível global e ser construída com equidade e justiça para todas as pessoas.

A desprivatização, a despatriarcalização e a descolonização devem andar de mãos dadas.

Recuperar o que foi roubado será uma luta longa e difícil. Isto exige devolver a soberania às nações e aos povos do Sul global que foram espoliados das suas escolhas e decisões políticas, sociais e económicas. Isso deve começar pelos grupos que foram historicamente discriminados, como as comunidades camponesas, pessoas afrodescendentes, povos indígenas, mulheres e jovens.

Isto implica descolonizar a nossa produção de conhecimento, ouvir o conhecimento e integrar valores que foram marginalizados, a fim de transformar a forma como produzimos e reproduzimos o nosso modelo socioeconómico.

TESTEMUNHO DA TUNÍSIA

A empresa pública de energia da Tunísia, STEG, que alcançou uma taxa de eletrificação de 99,8%, enfrenta uma iminente privatização. O governo tunisino, fortemente influenciado por sociedades de advogados internacionais e pela Agência Alemã de Cooperação (GIZ), entre outros, iniciou um programa de privatização, oferecendo uma quota de mercado a atores privados que investem em energia renovável. O seu principal objetivo a longo prazo é exportar energia para a Europa em vez de gerar energia para uso local. Isto reforça o extrativismo colonial, à custa de enormes extensões de terras agrícolas comunitárias e da muito necessária soberania energética. UGTT, o maior sindicato tunisino, tem liderado a luta contra a privatização da energia. Em apoio a esta luta, o Grupo de Trabalho para a Democracia Energética tem vindo a desenvolver um modelo justo e democrático de transição energética, baseado na produção coletiva de energia que inclui energia renovável gerada por cooperativas.

IV. OS VALORES DO BUEN VIVIR: DA EXPLORAÇÃO PELO LUCRO AO BEM VIVER

A nossa percepção da energia foi cooptada pelas forças competitivas do mercado. Os conceitos de custo e valor foram contaminados pela ganância capitalista.

É hora de aplicar os valores das comunidades indígenas, os valores ecofeministas e os das comunidades na linha da frente às formas como discutimos, geramos e utilizamos energia. Historicamente, as mulheres ofereceram a sua energia em papéis de cuidado, não remunerados e subvalorizados, portanto a transição para um sistema energético democrático tem que colocar o cuidado, o bem-estar e a reciprocidade na primeira linha dos futuros sistemas económicos e energéticos.

É importante pôr a Mãe Terra e tudo o que ela nutre no centro do nosso discurso energético, e integrá-lo no quadro da “vida na terra”. Tal como a energia cria vida e toda a vida é energia, esforcemo-nos para não pensar apenas com a cabeça, mas também com o coração e com todo o nosso ser.

As práticas ecofeministas baseadas na relacionalidade e na interdependência devem ser integradas em todos os níveis de tomada de decisão sobre a energia. Isto inclui fomentar uma liderança feminista baseada no apoio mútuo e na responsabilidade

coletiva para uma organização que envolva meios culturais, espirituais, económicos e sociais.

Ao colocar as perspetivas ecofeministas e indígenas no centro dos nossos movimentos, somos capazes de avançar na direção de uma mudança sistémica, não apenas na forma como discutimos e como desafiamos o poder, mas também na forma como construímos coletivamente novas relações de poder igualitárias.

TESTEMUNHO DA SIERRA NORTE DE PUEBLA, MÉXICO

A campanha *Luces de la Resistencia* (Luzes da Resistência) diz ‘Sim!’ é possível construir alternativas de energia comunitárias locais que sejam justas, democráticas e sustentáveis. Algumas já existem, graças à organização comunitária e à conjugação de diferentes formas de conhecimento que promovem o uso de tecnologias locais. Por exemplo, na Sierra Norte de Puebla, no México, muitas organizações indígenas e cooperativas estão a construir uma rede de economia solidária para conquistar condições de vida decentes para a maior parte das pessoas dos povos Masewal e Totonaca. Após terem enfrentado múltiplas ameaças das indústrias extrativistas, estas comunidades decidiram construir a sua soberania energética para alcançar *Yeknemilis* (que significa “vida boa” na língua Nahuatl). Estão a instalar coletivamente sistemas de energia fotovoltaica, a fornecer formação em eletricidade e a desenvolver protótipos de fogões e secadores energeticamente eficientes. Em resumo, estão a criar um modelo alternativo de gestão de energia centrado nos direitos e na justiça.

V. A SUFICIÊNCIA ENERGÉTICA PARA TODAS AS PESSOAS E A REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA

O consumo global é extremamente desigual. Os países e as comunidades dominantes, que mais lucraram com o sistema energético explorador e extrativista, devem assumir a sua responsabilidade económica, política, social e ambiental.

A redução da produção e do consumo de energia é uma responsabilidade coletiva, e não individual, que os governos deveriam liderar.

Reduzir o consumo de energia no Norte global é uma questão sistémica. A lógica da privatização dos lucros e da socialização das perdas desresponsabilizou as corporações e os/as consumidores/as mais ricos/as durante décadas, senão séculos.

Aqueles que mais consomem, tanto local como internacionalmente, **devem assumir a responsabilidade pelo seu consumo excessivo.** Este fardo não deve recair sobre quem tem menos responsabilidade pela crise climática, e que é mais afetada/o por ela.

Apoiamos ativamente uma redução socialmente justa do consumo de energia. Para romper com a fé cega no crescimento económico e apoiar princípios de decrescimento que abordem explicitamente a injustiça de classe.

Devemos enfrentar o consumo industrial de energia. Por exemplo, as indústrias de cimento, a mineração, o transporte e a agro-indústria consomem uma grande quantidade de energia e devem ser alvo de reduções de energia para que o seu consumo permaneça dentro dos nossos limites planetários.

A suficiência energética pressupõe uma boa qualidade de vida e dignidade para todas as pessoas. Devemos priorizar a energia para bens essenciais, serviços públicos e outras atividades sociais e reprodutivas.

TESTEMUNHO DA FRANÇA

As trabalhadoras e os trabalhadores da energia em França alcançaram uma importante vitória em 2022, quando o governo recuou no seu plano de privatizar a empresa pública Électricité de France. O objetivo do governo era abrir ao mercado as dimensões mais lucrativas do negócio (comercialização e produção de energias renováveis) e deixar as atividades que exigem investimentos significativos, principalmente a manutenção, no domínio público. Em resposta, os sindicatos da Confederação Geral do Trabalho propõem uma alternativa baseada num sistema público, sob controle democrático, que envolva utilizadoras e utilizadores, trabalhadoras e trabalhadores e autoridades eleitas, através de formas de luta que promovem a igualdade socioeconómica. Por exemplo, nas operações *Robin des Bois* (Robin dos Bosques) os e as trabalhadoras do setor da energia voltaram a ligar à rede casas de baixos rendimentos, bem como escolas e hospitais, fornecendo-lhes energia e gás gratuitos. A tarefa é, agora, encontrar formas de reduzir radicalmente as emissões de gases de efeito de estufa, ao mesmo tempo que se defende a energia como um bem comum.

VI. O FINANCIAMENTO DE TRANSIÇÕES ENERGÉTICAS JUSTAS A NÍVEL GLOBAL

Reparações financeiras do Norte global para o Sul global são cruciais para proporcionar às populações do Sul global os meios e a autonomia para desenvolver economias de baixo carbono para o seu próprio benefício.

Os países e as comunidades do Sul Global devem ser compensados de forma justa para que não extraíam combustíveis fósseis. Devemos reconhecer que as nações do Norte global beneficiaram desta extração e exploração durante séculos.

As reparações devem incluir intercâmbios de tecnologia, conhecimento e de capacidades, em combinação com o desmantelamento dos regimes de propriedade intelectual, para permitir o desenvolvimento de mais e melhor tecnologia para uma transição ecológica, em interação com as comunidades que deve servir.

Opomo-nos ao sequestro do financiamento público por interesses empresariais, independentemente da fonte ou do tipo de energia. Os empréstimos e subsídios públicos que sustentam os lucros dos investimentos privados, incluindo os Produtores Independentes de Energia (PIP) e os Contratos de

Aquisição de Energia (CAE), incorrem em dívidas insustentáveis para com a população e devem parar imediatamente.

A propriedade e o financiamento públicos da transição energética têm de **garantir que todos lucros serão reinvestidos na manutenção e no desenvolvimento de infraestruturas social e ambientalmente justas.**

REFLEXÃO III

Esta declaração conjunta faz parte de um processo mais amplo que incentiva a escuta e a aprendizagem coletivas.

Reconhecemos que a busca do perfeccionismo e o radicalismo rígido impedirão que o nosso processo cresça enquanto movimento. Chegamos a este espaço com a profunda consciência de que é mais o que nos une do que o que nos divide. Fomentar transições justas para a democracia energética será um processo desafiador e cheio de contradições. Esperamos, neste esforço partilhado, aprender, cair e trabalhar em solidariedade. O nosso objetivo é usar este espaço para aprender com as lutas umas/uns das/dos outras/os e construir alternativas comuns.

GLOSSÁRIO¹

BUEN VIVIR

Conceito que surge das tradições indígenas da América Latina e que tenta oferecer um modelo alternativo, distinto do capitalismo neoliberal, baseado no bem-estar coletivo, na democracia, na solidariedade e na sustentabilidade. Quem o defende, tenta promover uma visão plural de um mundo novo, que questione as noções dominantes de progresso e desenvolvimento.

CAPITALISMO

O capitalismo é um sistema económico, político e social, em que os meios de produção (recursos, máquinas, ferramentas e tudo o que é necessário para produzir os bens que as pessoas necessitam) são propriedade e estão sob o controle de atores privados, cujo fim principal é o lucro. Por isso, a maioria das pessoas tem que vender a sua força de trabalho para satisfazer as suas necessidades básicas.

COLONIALISMO

A prática de expandir os territórios de um país por meios militares, políticos e económicos. Neste processo estabelecem-se colónias, encorajam-se pessoas a mudarem-se para as “colónias” e, regra geral, o Estado colonizador impõe a sua língua, cultura e religião às pessoas que já viviam no território colonizado. A colonização é levada a cabo para obter o controle de recursos e pessoas, e para expandir o poder económico do Estado colonizador.

CONSUMO DE ENERGIA

O volume de energia utilizado (consumido). Pode ser em diferentes níveis, de um edifício, país, Estado ou a nível individual.

1 NT: a versão portuguesa resulta da soma das versões em castelhano e em inglês, que não têm os mesmos verbetes.

DECRESCIMENTO

Teoria que questiona o crescimento económico (medido como crescimento do PIB) enquanto estratégia principal para alcançar o desenvolvimento e a prosperidade económica. Promove intencionalmente o decrescimento de consumos baseados no mercado como meio para alcançar o bem-estar dentro dos limites planetários.

DEMOCRACIA ENERGÉTICA

A prestação de serviços de energia pelas e para as pessoas. Um sistema em que todas as pessoas têm acesso a energia limpa e acessível, de propriedade e gestão democráticas, e que tem como fim assegurar a satisfação das necessidades energéticas básicas da população sem danificar o meio ambiente. Para mais informação, ver [em inglês]: <https://energy-democracy.net> , <https://mpowerlearn.co.uk/course/chunks/energy-democracy-what-is-it-and-how-can-it-drive-just-transitions?sessionId=50>

DEMOCRATIZAR

Garantir que a propriedade, gestão e prestação dos serviços de energia sejam públicos e que todos os membros da sociedade podem participar ativamente e de forma significativa nos processos de tomada de decisão, seja diretamente ou através de representação eficaz.

DESCARBONIZAR

O processo de reduzir e, eventualmente, parar todas as emissões de gases de efeito de estufa, especialmente de dióxido de carbono, produzidas pela atividade humana e que provocam a emergência climática.

DESCOLONIZAR

O processo de libertação da colonização política, económica e cultural. Eliminar as bases institucionais do colonialismo dos processos físicos, ecológicos e mentais de um Estado e da sua população. Para mais informação

ver [em inglês]: https://darajapress.com/publication/decolonization_and_afro-feminism

DESMERCANTILIZAR

O processo que reduz o alcance e a influência dos mercados competitivos na vida quotidiana, por exemplo, ao reverter a mercantilização de serviços públicos como a energia, para que estes estejam em mãos coletivas e estejam disponíveis para todas as pessoas, para que sejam suficientes e de boa qualidade, e para que todas as pessoas possam aceder a esses serviços, independentemente de terem ou não dinheiro.

“DESMERCATIZAR”

O processo de reversão da orientação para o mercado das empresas estatais (o processo histórico de conversão das empresas públicas em entidades com fins lucrativos, que passaram a dar prioridade à recuperação dos custos, ao investimento privado e à redução dos custos laborais) mediante a recuperação da gestão pública e o restabelecimento do seu mandato público para alcançar resultados social e ambientalmente desejáveis. Para mais informação [em inglês]: www.tuedglobal.org/tued-working-papers

DESPATRIARCALIZAR

Ação coletiva que visa reformar as estruturas socioeconómicas que sustentam poderes assimétricos entre pessoas de diferentes géneros e que favorecem homens brancos e ricos em detrimento de pessoas de outros géneros e identidades.

DESPRIVATIZAR

O processo de reclamar o controle público de um bem, serviço ou recurso público, como por exemplo, o fornecimento de energia. Este processo pode ocorrer em todos os níveis de governo. A desprivatização a nível nacional chama-se nacionalização, enquanto que a desprivatização a nível municipal é

denominada remunicipalização. Para mais informação [em inglês]: <https://public-futures.org>

ECOFEMINISMO

Teoria e prática que reconhece que a exploração do ambiente e das mulheres, em toda a sua diversidade, têm origem no sistema capitalista patriarcal. Tenta destacar a importância de centrar o cuidado e a reprodução da vida em paradigmas alternativos que possibilitem um futuro sustentável e respeitando a igualdade de género para todas as pessoas. Para mais informação, veja-se [em inglês]: www.tni.org/es/art%C3%ADculo/ecofeminismo-o-como-acelerar-el-camino-hacia-la-democracia-energetica

IMPERIALISMO

A imposição de influência sobre outro país ou Estado por meios militares, políticos ou económicos. A perceção e a convicção de superioridade em relação a um outro país é uma característica inerente ao imperialismo, servindo como justificação para as suas ações.

IMPERIALISMO COLONIAL VERDE

A prática de um Estado de açambarcar terras ou recursos no território de outro Estado, para benefício do Estado colonizador, geralmente com impactos ambientais, económicos e sociais negativos para as populações e comunidades locais. Isso é feito em nome do combate às alterações climáticas, regra geral, para expandir a produção de energia renovável.

INDÍGENAS

Nações, povos ou pessoas que são nativas ou descendentes de quem habitava um país ou região antes da chegada dos/das colonos/as e que foram submetidos/as a injustiças históricas em consequência, entre outras coisas, da colonização, do racismo e da desapropriação das suas terras e recursos naturais. Isso impediu, muitas vezes, que os povos indígenas pudessem

exercer os seus direitos e adotar soluções alternativas para alcançar o bem-estar humano em harmonia com a natureza.

JUSTIÇA

Processos que dão lugar a uma sociedade de cidadãos/os livres que gozam dos mesmos direitos básicos e que cooperam, no quadro de um sistema económico igualitário.

JUSTIÇA CLIMÁTICA

Visão centrada nas causas profundas da crise climática, reconhecendo as interseções entre racismo, classismo, capitalismo, injustiça económica, exploração baseada no género e danos ambientais. A justiça climática apoia uma Transição Justa para comunidades e trabalhadores/as, distante da economia baseada em combustíveis fósseis, e que se centra em realizar mudanças sistémicas para enfrentar as cargas desiguais das nossas comunidades e realinhar a economia com os sistemas naturais. Para mais informação, veja-se [em inglês]:

<https://ggjalliance.org/program-activities/climate-justice>

NEOLIBERALISMO

Este termo usa-se, geralmente, para descrever a fase do capitalismo em que os fluxos mundiais de mercadorias e de capital, incluindo o capital em forma de financiarização, foram consideravelmente desregulados. Isso ocorreu sob pressão da finança internacional, que se assegura que todos os países do mundo promovem políticas públicas de austeridade, desregulação, livre comércio, privatização e redução dos gastos governamentais. Para mais informação, veja-se [em inglês]:

www.networkideas.org/news-analysis/2017/10/neo-liberal-capitalism

PATRIARCADO

Um sistema social em que, fundamentalmente, os homens estão em posições de dominação e privilégio. O patriarcado está associado a ideias que atribuem características diferentes, fixas e intrínsecas a homens e a mulheres (isto é, masculinidade vs feminilidade) e está enraizado na organização social, jurídica, política, religiosa e económica de muitas culturas e Estados.

PROPRIEDADE PÚBLICA

Propriedade coletiva da população relativamente aos recursos, à infraestrutura e aos serviços, que pode ser a nível estatal ou municipal, em cooperativas, comunidades ou coletivos.

REDUÇÃO ENERGÉTICA

Reduzir a produção e o consumo de energia. Isto pode variar desde a eliminação progressiva da produção de bens de luxo, que implicam utilização intensiva de energia, como os SUV, até à implementação de medidas de eficiência energética, como o isolamento das habitações, para que as pessoas necessitem de menos aquecimento ou arrefecimento para viverem confortavelmente

SOLIDARIEDADE

Ser solidário traduz-se no apoio entre um grupo de pessoas ou com outro grupo. A solidariedade pode reforçar-se ao se adotarem ações conjuntas que melhoram as condições de vida das pessoas e mediante a valorização dos elementos comuns e distintos que conformam a luta política compartilhada.

SUFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Assegurar que todas as pessoas têm acesso à quantidade de energia necessária para alcançarem um nível de vida adequado, dentro dos limites planetários. Isso implica promover padrões sustentáveis de produção e de consumo de energia, serviços energéticos públicos de qualidade e que

distribuem os recursos energéticos de forma justa, e reduzir o uso não essencial de energia.

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA

Trata-se da dimensão energética da Transição Justa. A transição energética justa assegura que todos e todas as trabalhadoras e usuários/as dos serviços não fiquem em condições piores, e que se dê prioridade às suas necessidades e direitos, no processo de transição do sistema energético baseado nos combustíveis fósseis para um sistema energético baseado em energias renováveis. Para mais informação, ver aqui [em castelhano]: <https://transicion-energetica-popular.com>

TRANSIÇÃO JUSTA

Uma mudança sistémica, através de meios verdadeiramente democráticos, que se distancia da exploração, do extrativismo e da alienação, para alcançar sistemas de produção e reprodução centrados no bem-estar humano e na regeneração dos ecossistemas. Esta mudança implica dar prioridade aos interesses das pessoas mais afetadas pela transição, por exemplo, os e as trabalhadoras precárias ou com menos rendimentos e as comunidades rurais. As empresas multinacionais, por seu lado, têm utilizado este termo como forma de pintar o capitalismo de verde. Para mais informação ver [em castelhano]: www.tni.org/es/publicaci%C3%B3n/transicion-justa

Esta declaração do movimento foi uma iniciativa coletiva, fruto de um processo de aprendizagem e construção comuns.

Queremos agradecer, em particular a: Alejandra Lozano Andrea Vides de Dios, Ilyes Benammar, Karen González, Mónica Montalvo, Martha Myers, Romain Descottes e Rowan Mataram, pelas suas valiosas contribuições.

Coordenação a cargo de Lavinia Steinfert (Transnational Institute) e Nessim Achouche (Rosa Luxembourg Stiftung).

Para qualquer informação, contacte: l.steinfert@tni.org ou nessim.achouche@rosalux.org

“The Energy Democracy Movement Declaration” foi publicada em parceria com:

RLS – Rosa Luxemburg Stiftung, Brussels Office; TNI – Transnational Institute; CASA – Centro de Analisis Socio Ambiental; Comuna, Droit à l’énergie; Enginyeria sense Fronteres; Gender CC – Women for Climate Justice Southern Africa; Global Initiative for Economic, Social & Cultural Rights; GTCCJ – Grupo de Trabajo Cambio Climatico y Justicia; La Sandia Digital – Comunicamos los mundos que soñamos; OEP – Observatorio de ecología política de Venezuela; PLATFORM; Red Transición Energética Popular; UMSS – CESU Universidad Mayor De San Simón, Centro De Estudios Superiores Universitarios; UNTyPP; Working Group for Energy Democracy.

Rosa-Luxemburg-Stiftung

Oficina de Bruselas Rue Saint-Ghislain 62, 1000 Bruselas, Bélgica

www.rosalux.eu

Responsável legal pela publicação: Anna Schröder

Bruxelas, julho de 2023

Coordenador do projeto: Nessim Achouche

Versão original financiada pelo Ministério Federal dos Negócios Estrangeiros (Alemanha)

Versão portuguesa co-financiada pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua

Versão portuguesa: Andrea Duarte e CIDAC, janeiro de 2024